



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 129

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	NELSON JUSTUS Presidente - Democratas	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 129

119ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	02
Presenças.....	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Indicações	07
Requerimentos	13
Projetos de Lei	15
Pequeno Expediente:	
Dep. Péricles de Mello.....	16
Dep. Fábio Camargo	19
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	18
Liderança do Bloco PTB/PR	

Dep. Jocelito Canto.....	10
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	22
Discussão/Votação	
Redação Final	23
2ª Discussão	23
Discussão Única (Proposições)..	25
Requerimentos	28
Encerramento da Sessão	28
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos.....	28
Diretoria Geral	
Portarias	29
Atas de Comissão	
Educação.....	29
Publicações Administrativas:	
Comissão de Licitação	
Tomadas de Preços	29

DIÁRIO Nº 129

119ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Cleiton Kielse.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio

Anibelli, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Duflío Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (39).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost, Pedro Ivo e Reni Pereira (12).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados: Marcelo Rangel e Waldyr Pugliesi (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO

Sob o nº 3237/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Processo nº 629695/07-TC, referente ao Recurso de Revista de Impugnação de Despesas realizadas pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, no 2º quadrimestre de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 930/08-GP

Curitiba, em 29/10/08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a adequação nominal dos valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do

Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial Especiais e aos juizados, a partir de 01/10/08.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido Anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos e geradores de pensão, do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados no percentual de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), a partir de 01/10/08, em conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimentos constante do Anexo I desta lei.

Parágrafo Único. O reajuste de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) corresponde à adequação nominal dos valores constantes da Tabela de Níveis de Vencimentos, aprovada pela Lei Estadual nº 15799, de 16/04/08, em decorrência de implementação de diferença relativa à conversão dos salários dos servidores em URV - Unidade Real de Valor, regulada pela Lei Federal nº 8880, de 27/05/94.

Art. 2º As despesas resultantes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário ou, quando couber, pela ParanaPrevidência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/10/08.

Tabela de Níveis de Vencimentos						
Anexo I						
Ordem	A	B	C	D	E	F
1	1.126,22	1.451,96	1.859,86	2.345,12	3.466,61	4.472,45
2	1.152,57	1.485,35	1.897,79	2.400,04	3.547,86	4.577,24
3	1.179,54	1.519,51	1.936,53	2.456,28	3.630,96	4.684,47
4	1.207,13	1.554,47	1.981,82	2.513,81	3.716,03	4.794,23
5	1.235,40	1.590,22	2.028,20	2.572,73	3.803,09	4.906,56
6	1.264,30	1.626,79	2.075,66	2.633,01	3.892,21	5.021,52
7	1.293,88	1.664,20	2.124,23	2.694,70	3.983,40	5.139,18
8	1.324,15	1.702,48	2.173,93	2.757,83	4.076,72	5.259,60
9	1.355,14	1.741,64	2.224,81	2.822,43	4.172,26	5.382,81
10	1.386,85	1.781,69	2.276,87	2.888,59	4.270,02	-
11	1.419,30	1.822,66	2.330,16	2.956,28	4.370,05	-

JUSTIFICATIVA:

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o reajuste de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento), incidente, a partir de 01/10/08, sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos e geradores de pensão, do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, de conformidade com a Tabela de Níveis de Vencimento constante do Anexo I do Anteprojeto.

A Tabela de Níveis de Vencimentos de que trata o Anexo I deste Anteprojeto substitui àquela constante do Anexo I da Lei Estadual nº 15799, de 16/04/08, e reflete a adequação nominal dos valores constantes da tabela vencimentos, em decorrência de implementação de diferença relativa à conversão dos salários dos servidores em URV - Unidade Real de Valor, regulada pela Lei Federal nº 8880, de 27/05/94.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná formulou consulta ao Tribunal de Contas do Paraná, objeto do Processo nº 518.820/08, e que resultou no Acórdão nº 1371/08, proferido, por maioria absoluta de votos, pelos membros do Tribunal Pleno na Sessão nº 036, realizada em 02/10/08.

O aludido Acórdão versa sobre a implementação das diferenças concernentes salarial à conversão salarial em URV em razão da vedação do parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar nº 101/00 e foi publicado no AOTC nº 170, de 10/10/08, conforme cópia em anexo.

A referida correção monetária já foi voluntariamente reconhecida aos Magistrados Estaduais (Protocolo nº 6660/98) e por outros órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, a exemplo da Resolução nº 7210/05 do Tribunal de Contas, do deliberado no protocolado nº 8586/03 pelo Procurador Geral da Justiça do Estado e do Ato da Comissão Executiva nº 1094/06 do Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Conselho Nacional de Justiça, no julgamento do Pedido de Providências 2008.100.0006998, reconheceu como juridicamente consistente e justa a pretensão dos servidores de implementação do percentual de 11,98%

(onze vírgula noventa e oito por cento), em recomposição salarial derivada de conversão dos salários dos servidores em URV - Unidade Real de Valor, regulada pela Lei 8880, de 27/05/94.

o impacto orçamentário-financeiro anual da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir de 01/10/08, está apresentado no Demonstrativo, em anexo, elaborado pelo Departamento Econômico e Financeiro deste Tribunal, para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 17, parágrafo 1º e parágrafo único do artigo 22, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal, Demonstrativo de Despesa com pessoal, referente ao período setembro de 2007 a agosto de 2008, em anexo, a despesa líquida com pessoal representa 3,54% (três vírgula cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, portanto, abaixo do limite definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7%, conforme, artigo 22, parágrafo único).

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada, por maioria de votos, pelo órgão especial deste Tribunal de Justiça, na Sessão Ordinária realizada em 24/10/08.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Departamento Econômico e Financiamento
Divisão de Contadoria Geral

Protocolo Nº 282.428/08
Informação Nº 077/08

Senhor Chefe:

Em cumprimento ao r. despacho retro, e considerando o contido na informação da Divisão da Folha de Pagamento, esclareço que o impacto orçamentário e financeiro em razão da implantação de 11,98% (URV) sobre os vencimentos e proventos dos servidores deste Tribunal, informo que quanto à análise de custo em relação ao limites orçamentários e financeiros nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa em questão é de caráter continuado, conforme a seguir demonstrado:

Períodos	Exercício 2008	Exercício 2009	Exercício 2010
Despesa	9.465.728,00	33.518.142,00	35.606.323,00
Observação: Considerando a projeção de inflação de 6,23% para 2009 e igual percentual para 2010, conforme relatório Focus do BACEN em 17/10/08.			

I - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF

O impacto do presente processo, no exercício

e nos dois exercícios seguintes, fica assim demonstrado:

					1,00	
	2008	%	2009	%	2010	%
RCL	13.630.605.000		14.900.076.000		16.287.778.000	
DLP	563.783.177	4,14	647.154.656	4,34	706.619.290	4,74
DLP 2	573.248.905	4,21	680.672.799	4,57	742.225.613	4,74

Observação: Para a Receita Corrente Líquida - RCL foi considerado o reajuste de 9,31% conforme média dos anos anteriores, a DLP Despesa Líquida de Pessoal foi calculado com base na soma da despesa atual e os processos que foram informados e a DLP 2 é a soma da despesa DLP mais o custo do presente expediente.

Os limites de despesa com pessoal de acordo com a lei de Responsabilidade Fiscal, estão assim definidos:

1) prudencial, parágrafo único do artigo 22, é de 5,70%;

2) máximo (Tribunal de Justiça), parágrafo 1º do artigo 20, é de 6,00%.

Sob os enfoques das Leis de Orçamento, a presente situação consiste na seguinte análise:

II - Impacto Orçamentário - LOA

Verificando o contido na Lei Orçamentária nº 15750/07 para exercício de 2008, fonte 100 - ordinário não vinculado, constatei a existência de saldo orçamentário suficiente para atender a presente solicitação na fonte 100 - ordinário não vinculado, do projeto/atividade - 0501.02061292.002 Atividades Judiciárias - TJ.

III - Impacto Financeiro - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº 15609/07, para o exercício de 2008, no artigo 6º estabelece que o limite de gasto do Poder Judiciário é de 9% da receita líquida.

IV - Plano Plurianual - PPA

A Lei nº 15757/07 que aprovou o Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011 estabelece que as propostas orçamentárias deste Tribunal sejam elaboradas com

base no percentual de 9% da Receita Líquida, dando guarida à ampliações necessárias ao Poder Judiciário.

Assim sendo, conclui-se que a presente despesa possui adequação orçamentária e financeira com a LOA e é compatível com a LDO e com o PPA.

É a informação.

Seção de Execução Orçamentária, em 22/10/08.

(aa) JOSÉ RENATO MAZZAROTTO -

Chefe da Seção

Visto:

Ao Diretor do Departamento Econômico e Financeiro.

Em, 22/10/08.

(a) JOSÉ FERNANDES FERRARI -

Chefe da Divisão de Contadoria Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA
DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2007 a Agosto/2008

RGF - Anexo I (LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a")

R\$

Despesas com Pessoal	Despesas Executadas	
	Setembro/07 a Agosto/08	
	Liquidadas (a)	Incritas em restos a pagar não processados (b)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	572.657.727,67	8.757.725,70
Pessoal Ativo	419.266.871,56	6.728.908,84
Pessoal Inativo	153.390.856,11	2.028.816,86
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (parágrafo 1º do artigo 18 da LRF)	-	-
Despesas não computadas (parágrafo 1º do artigo 19 da LRF e Res. nº 7598/02-TC) (II)	87.971.871,91	0,00
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	33.318,93	0,00
(-) Inativos com Recursos Vinculados	3.205.512,12	0,00
(-) Imposto com Renda Retido da Fonte	84.733.040,86	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	484.685.855,76	8.757.725,70
Despesa Total com Pessoal - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	493.443.581,46	

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	Valor
Receita Corrente Líquida - RCL - (V)	13.936.286.477,74
% da Despesa Total com Pessoal - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,54%
Limite Máximo - (artigo 20 da LRF) - 6,00%	836.177.188,66
Limite Prudencial - (artigo 22 da LRF) - 5,70%	794.368.329,23
Fontes: SIAF - Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiros/SEFA e Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Site: www.tj.pr.gov.br/contas/	

(aa) J. VIDAL COELHO - Presidente
 ANETTE MARIE ROESNER - Secretária
 VILMAR FARIAS - Dir. do Dep. Econôm. e Financeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 931/08-GP

Curitiba, em 29/10/08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que trata de alteração do artigo 155, da Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido Anteprojeto.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) JONAS VIDAL - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica alterado o artigo 155, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 155. O titular de ofício do foro judicial será substituído por qualquer dos funcionários da Justiça indicados no artigo 123, incisos II, III, XIV e XV, lotados na Secretaria ou Vara, por empregado juramentado ou por titular de outro ofício da mesma comarca, designado pelo Juiz Diretor do Fórum.

§ 1º ...

§ 2º ...”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do

Paraná - CODJ, no âmbito de seu artigo 155, originado pelo protocolo de nº 144.854/08-TJPR.

Com a manifestação da Corregedoria Geral da Justiça, que emitiu o parecer de fls. 10/11, do protocolo supracitado, dizendo que “a proposta está em consonância com o precedente do Conselho da Magistratura (autos nº 2007.287486-8) citado no parecer de fls. 04/07, em vista de não diferirem, ‘senão em grau’, as atribuições de auxiliares administrativos e auxiliares de cartório.” Manifesta-se ainda, a douta Corregedoria no último parágrafo do item 1, “A manutenção dos parágrafos 1º e 2º do referido artigo garantirá, por si, a possibilidade de designação de titular de outra comarca pelo Presidente do Tribunal, em situações excepcionais, e o percebimento, pelo designado, da diferença de remuneração, como já acontece.”

A referida proposta de alteração do artigo 155 do CODJ, foi aprovada por unanimidade dos membros da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias deste Poder, na reunião da 25ª Sessão Ordinária, realizada no dia 01/09/08.

O anteprojeto de lei contou com a aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão Ordinária no dia 24/10/08.

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 03/11/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente das Sessões Plenária dos dias 20 a 31 de outubro, devido a compromissos particulares.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) RIBAS CARLI FILHO

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 03/11/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente da Sessão Plenária do dia 03 de novembro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção dispensada.

(a) MARCELO RANGEL

Indicações

INDICAÇÃO Nº 307/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Jundiá do Sul.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o

da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 308/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Moreira Sales.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 309/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Rancho Alegre.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao

número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 310/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Salto do Itararé.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Salto do Itararé.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de

escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 311/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de São Tomé.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de São Tomé.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais

mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 312/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Terra Boa.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de trans-

porte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 313/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Tuneiras do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas

entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 314/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Indianópolis.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Indianópolis.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 315/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Doutor Camargo.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o

aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 316/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o

poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 317/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Araruna.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Araruna.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 318/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Andirá.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Andirá.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos

os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para a Deputada Cida Borghetti, pois, ausentar-se-á deste Plenário nas Sessões no dia 03 e 04 do mês corrente, em razão de estar participando da 1ª Reunião da Secretária de Mulheres da Gestão 2008/2009 - UNALE (União Nacional dos Legislativos Estaduais) em Brasília, sem ônus para esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2984

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lucia Storoin, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2985

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Fernandes Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jair Vieira Guimarães, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Plehn, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ida Piazzetta Pilatti, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agenor Alves Martins, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2990

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Clair Maria Dias Correia, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Dias de Lara, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2993

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Lopes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Mariana Apen, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mauricio Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Galдина da Silva Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Jesus Almeida Pereira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2998

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marisa Nunes de Deus, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Amaro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3000

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha de Jesus Russi Batista, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3001

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Emilia Pereira dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao município de Munhoz de Mello, pelos seus 53 anos de emancipação política.

As comemorações em Munhoz de Mello, apesar da data da emancipação ser hoje, começaram na quarta-feira com a abertura da 12ª Edição da Festa das Nações, que envolverá toda a sociedade organizada daquele município.

Cumprimentamos a todos os 3 mil e 554 moradores de Munhoz de Mello na pessoa de seu Prefeito Municipal Gilmar José Benkendorfs Silva.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Tenente-Coronel Airton Sérgio Diniz.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O recém promovido Tenente-Coronel Airton Sérgio Diniz, nascido em 11/06/61, na cidade de Alto Paraná, ingressou na Polícia Militar do Estado do Paraná em 16/02/81.

Policial zeloso, serviu no 12º Batalhão (Centro - Curitiba), 3º Batalhão (Pato Branco), 2º Batalhão (Jacarezinho), 14º Batalhão (Foz do Iguaçu) e Comando do Policiamento do Interior.

Casado, pai de duas filhas, foi 3º lugar no Curso de Instrutor de Armas de Fogo; 1º lugar no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e 3º lugar no Curso de Formação de Oficiais.

REQUERIMENTO Nº 3018

Senhor Presidente:

O Deputado Luiz Accorsi no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expedientes ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado e Eduardo Requião, Secretário de Estado dos Transportes, requerendo estudos e providências para construção de ponte de concreto sobre o rio Ivaí, na divisa entre os municípios de Icaraíma e Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O estado do Paraná é o maior produtor de grãos do país, participando com cerca de 30% de toda a safra anual brasileira.

Destaca-se como portão de entrada de mercadorias produzidas pelos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, destinadas à exportação através dos seus portos de Paranaguá e Antonina.

Não se concebe, portanto, a existência ainda de arcaicas e inseguras balsas como meios de transposição de gente e de cargas em seus rios, como a que ainda é utilizada na travessia do rio Ivaí, divisa natural dos municípios de Icaraíma e Querência do Norte.

É desnecessário enumerar os diversos motivos para a apresentação deste documento, sugerido por diversas entidades e mais recentemente pela Câmara de Vereadores de Icaraíma, por proposição dos companheiros Manoel Timóteo de Almeida e Gildásio Ferreira Sampaio, membros daquele Poder.

Imagino não ser este o primeiro pleito neste sentido enviado por este Parlamento ao Governo do Estado.

Lembro-me que a última ponte construída sobre o rio Ivaí antes da sua foz no Porto Camargo, a de Santa Mônica-Tapira, é resultado de pleito firmado há mais de

30 anos e cuja obra consumiu cerca de 10 anos entre o seu início e a sua entrega ao tráfego.

Daí, a oportunidade da iniciativa, esperando que o Governo paranaense atente para a necessidade da modernização, da racionalização e da eficácia do seu sistema de transporte.

Finalmente reitero que o estudo de engenharia contemple a adequação da altura da ponte ao projeto da hidrovía do Ivaí.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 464/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Ivaí de Icaraíma - ASTRUVALE, com sede e foro no município de Icaraíma.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Ivaí de Icaraíma - ASTRUVALE, com sede e foro no município de Icaraíma, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo de promover a integração e fortalecimento de produção, proporcionando o crescimento qualitativo e quantitativo do setor.

Sendo assim, esperamos contar com a apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 465/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Candido Garcia, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Cândido Garcia, com sede e foro no município de Umuarama, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo de promover atividades de rádio, televisão, cinema, vídeo, teatro, esporte, dança, artes plásticas, jornalismo, publicidade e propaganda, assessoria empresarial, produções de multimídia e empreendedorismo em informática, proporcionando aos universitários dos cur-

os correlatos da Universidade Paranaense - UNIPAR, e outras instituições de ensino superior, Ensino Médio Regulador e Ensino Médio Profissionalizante, os ambientes necessários à realização de estágios reais, aulas práticas e aperfeiçoamento técnico-profissional.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 466/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado o viaduto localizado na BR 277, Km 114 no município de Campo Largo de Viaduto Odair Lamóglia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo fazer Justiça a um dos grandes farmacêuticos do estado do Paraná. Odair Lamóglia (1923/2008) foi um apaixonado por Campo Largo. Farmacêutico recém-formado, em setembro de 1947 abriu na cidade a Farmácia São José e, nesse mesmo ano casou-se com a falecida Maria Izolda Cavalli. A partir daí sua vida foi de total dedicação à família, à cidade e ao trabalho. Seu Odair como era chamado, durante 60 anos atendeu sua clientela na Farmácia São José onde compareciam pessoas de Campo Largo e de toda região para se aconselhar com o Seu Odair. Foi Vereador de Campo Largo em 1956, sendo o mais votado, garantindo sua reeleição em 1960. Foi Presidente da Câmara Municipal. Em 1999 recebeu o Título de Cidadão Honorário de Campo Largo.

Em 2005 foi homenageado durante a celebração dos 134 anos de emancipação política do município. Portanto, coloco à apreciação do Plenário este meritório projeto, como uma forma de reverenciar a pessoa que Odair Lamóglia foi para Campo Largo e para o estado do Paraná. Solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 467/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a associação denominada, Associação da Juventude de Almirante Tamandaré - AJA, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/11/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, que dispõem sobre as normas para a declaração de utilidade pública de Sociedades Cívicas, Associações e Fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a Associação da Juventude de Almirante Tamandaré - AJA, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré no estado do Paraná.

Fundada em 30/06/07, é uma entidade representativa das juventudes, sem fins lucrativos, políticos, partidários, ou religiosos, com prazo indeterminado de duração. De acordo com o seu estatuto tem como objetivo e finalidade: representar a juventude e defender os seus interesses, promoção da ética, paz, cidadania, direitos humanos, democracia e de outros valores, lutar pelo ensino público, gratuito e de qualidade, promover a formação cívica, política, física cultural e científica, etc.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendo usar também o horário da Liderança do PT somado aos cinco minutos do Pequeno Expediente.

Estivemos a manhã toda na sede do Partido dos Trabalhadores, reunião da Executiva Estadual, que começou o planejamento estratégico do partido. Essa reunião se estende até amanhã ao final da tarde, mas um dos assuntos já definidos pela manhã, por unanimidade dos presentes, é a manifestação do partido de apoio irrestrito ao piso nacional do magistério. Sabemos que essa é uma luta histórica da sociedade brasileira de muitos e muitos anos e finalmente nessa nova conjuntura que se abre no país, quando a consciência da sociedade brasileira coloca a Educação no centro das questões nacionais, entende que jamais será possível um desenvolvimento com justiça social se a Educação não for colocada no centro da questão nacional. O piso tem um valor extraordinário. Em primeiro lugar a valorização do nosso professor, todos os

analistas da problemática educacional do Brasil têm a mesma linha de entender que enquanto o professor não for respeitado, valorizado o seu trabalho pedagógico, o seu trabalho de ensinar, não terá uma solução adequada para a Educação no Brasil.

Acabei de ler, ontem, nos jornais de circulação nacional, um grande intelectual brasileiro discutindo a forma pela qual a Educação é colocada para principalmente a população mais carente, como se essa população não tivesse todo um patrimônio, um acervo cultural que a vida lhe deu, e a escola é meio que colocada contra a tradição cultural das pessoas. Esse é um dos motivos porque as estatísticas demonstram que as crianças mais carentes, cujos pais não têm um nível de escolaridade suficiente, não têm acervo da chamada escola formal que a escola fortalece, são as crianças que têm mais dificuldades no aprendizado, têm mais evasão e mais reprovação. Então, por todos esses motivos a preocupação fundamental do país é a qualificação, a qualidade da Educação e o professor tem que ser respeitado, valorizado.

Sabemos a situação dramática dos professores do Brasil, muitos deles, uma grande parte são obrigados a trabalhar três padrões por dia, dando até 60 horas de aula por semana, o que traz doenças muito cedo, psicológicas, diminui a condição do professor estudar, se preparar para as suas formações, o que acontece com grande velocidade no mundo atual.

O piso nacional é uma das bandeiras fundamentais, originais para que esse projeto de melhoria das condições da Educação seja atingido. Finalmente, depois de um longo processo de debate, de organização dos professores, de informação dos sindicatos respeitados, dos colegiados como a APP, que é um exemplo para todo o Brasil, o Congresso Nacional aprovou o piso nacional do magistério.

Pois bem, esse piso, além de significar uma melhoria histórica para a situação de trabalhos dos professores, ele aponta para um caminho muito importante que é a construção de um padrão único e básico de qualidade para todo o país, desde o município mais pobre, da mais pobre das regiões brasileiras, o Governo Federal, através do PDE, indica a construção de um padrão único, padrão básico de qualidade para todas as escolas. Isso é uma revolução pacífica no país! O dia em que houver uma homogeneização, que nós pudermos ter a certeza que qualquer município brasileiro oferece para nossas crianças um padrão de qualidade, sem dúvida será um grande salto para nosso país e o piso justamente induz a isso. Além do piso que se resolveu fixar em R\$ 950 por 40 horas que, diga-se de passagem, não é um valor muito alto, o professor que trabalha 40 horas por semana ganha R\$ 950 por mês no início da sua carreira. Além disso, o piso acrescenta uma coisa muito importante, 33% da carga horária do professor deverá ser dedicada à preparação de aulas, de estudo, de preparação cultural, ou seja, no máximo 66% em sala de aula. É isso que prevê.

Então o artigo 2º diz o seguinte:

(Lê):

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no artigo 62 da Lei nº 9394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a união, os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 041, de 19/12/03, e pela Emenda Constitucional nº 047, de 05/07/05.

Art. 3º O valor de que trata o artigo 2º desta lei passará a vigorar a partir de 01/01/08, e sua integralização, como vencimento inicial das carreiras dos profissionais da educação básica pública, pela união, estados, Distrito Federal e municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte:

I - (VETADO);

II - a partir de 01/01/09, acréscimo de 2/3 (dois terços) da diferença entre o valor referido no artigo 2º desta lei, atualizado na forma do artigo 5º desta lei, e o vencimento inicial da carreira vigente;

III - a integralização do valor de que trata o artigo 2º desta lei, atualizado na forma do artigo 5º desta lei, dar-se-á a partir de 01/01/10, com o acréscimo da diferença remanescente.

§ 1º A integralização de que trata o caput deste artigo poderá ser antecipada a qualquer tempo pela união, estados, Distrito Federal e municípios.

§ 2º Até 31/12/09, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplica-

ção do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o artigo 2º desta lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que perceberam valores acima do referido nesta lei.

Art. 4º A união deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o artigo 3º desta lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucional ente vinculados à Educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.

§ 1º O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º A união será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos.

Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Parágrafo Único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11494, de 20/06/07.

Art. 6º A união, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31/12/09, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do artigo 206 da Constituição Federal.

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16/07/08; 187º da Independência e 120º da República;

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Nelson Machado

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

José Múcio Monteiro Filho

José Antonio Dias Toffoli

Este texto não substitui o publicado no DOU de 17/07/08.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Ou seja, os estados e municípios e a própria união tem até o início de 2010 para atingir este piso de R\$ 950

por 40 horas de jornada e também atingir 1/3 da carga horária para a preparação de aulas. Tem tempo para isso, é um projeto adequado à problemática brasileira. E mais que isso, o Governo Federal se dispõe nesta lei a auxiliar os municípios e entes da federação que não tenham recursos próprios para bancar este piso e a carga horária de preparação de aula conforme consta na lei. É uma lei que foi feita depois de um longo período de reflexão do Congresso Nacional e é uma conquista para o Brasil.

Por isso manifestamos o nosso estranhamento que o Governo do Paraná conste como um dos Governos que assina uma ADIN contra o piso nacional dos professores. O PT manifesta publicamente a posição de apoio integral ao piso dos professores e vai conversar com o Governador questionando esse fato do Paraná estar assinando com outros estados da federação uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)

Acredito que V. Exa. faz bem em levantar essa questão, porque na verdade o piso nacional é uma luta de dezenas de anos dos professores. Não poderia ser outra a sua preocupação, também não entendemos, até porque o Governador diversas vezes apoiou. Talvez tenha havido algum equívoco ao assinar, porque diversas vezes o Governador Requião apoiou e incentivou. Só coloco essas preocupações e parece que estão sendo corrigidas. Até gostaríamos que o Governador retirasse a sua assinatura desta ação que vai ser julgado o mérito.

Acho que na sequência, já que estamos falando de Educação, poderíamos aqui fazer uma solicitação para que fosse votada a PEC da Deputada Cida Borghetti, que institui o plano de aposentadoria especial para os pedagogos e para os Diretores. Porque todos os dias, quando vamos às escolas estaduais, V. Exa. deve ouvir todos os dias, é entrar nas escolas e nos perguntam se já foi aprovada a PEC da Deputada Cida. Sabemos que houve um acordo para ser retirada por algumas Sessões, seria oportuno, já que estamos fazendo o debate a respeito deste assunto, se pudéssemos ainda este ano fazer um reconhecimento aos pedagogos e aos Diretores de escola votando a PEC nº 033, que estabelece uma jornada igual aos professores, para efeito de contagem de tempo para aposentadoria.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Tadeu.

Veja, essa lei deixa claro o que se entende por magistério, atividade de direção e atividade pedagógica. Tive informação, não pude checar ainda, na sexta-feira à noite conversei com um Diretor de escola de Ponta Grossa e ele me afirmou que o Superior Tribunal tinha votado uma posição de que é inconstitucional exigir que os Diretores trabalhem mais que professor. Então, segundo o Diretor, já está resolvida essa questão nacionalmente.

Mas concordo com a sua posição, assinamos junto com a Deputada Cida, é um absurdo que a nossa Assem-

bléia não tenha votado ainda essa emenda constitucional estabelecendo que os Diretores, os pedagogos se aposentem com o mesmo tempo de serviço que os professores, porque são professores de fato, pois fazem concurso para professor e têm o mesmo trabalho, sem dúvida nenhuma.

Precisamos ir até o Governador e conversar com ele. O Governo Requião tem sido admirado pelos avanços na Educação, os aumentos diferenciados que deu ao longo dos Governos não só para os professores, mas para funcionários, o novo Plano de Carreira dos docentes das universidades, dos funcionários, das escolas públicas e não podemos aceitar e não entendemos que o Governo do Paraná, em função da postura do seu Governador, possa assinar uma ADIN contra essa conquista histórica para os professores do Brasil.

É importante o que diz o parágrafo 1º:

A união será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir o pagamento do piso, de forma a assessorar o planejamento, aperfeiçoamento e aplicação dos recursos.

A união deverá complementar, na forma e no limite do disposto no caput do artigo 60, a integralização do piso nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à Educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.

E vejam, acho que o Paraná dá um exemplo muito ruim se assinar uma ADIN desse tipo, porque o Paraná é um estado rico. Ora, se o Governo de um estado como o nosso, que já paga mais do que o piso para os seus professores, assina uma ação dessas, o exemplo é muito negativo para os estados mais pobres, que vão ter que contar com o apoio do Governo Federal. É muito ruim, porque é uma questão nacional e eu, particularmente, não vejo nenhuma ilegalidade nesse fato. Ora, o Congresso Nacional vota o salário-mínimo, que é obrigatório em todo o território brasileiro, e por que o piso dos professores seria inconstitucional?

Acontece que só uma assinatura tem um valor simbólico, um indicativo muito ruim, principalmente diante de um estado que tem uma postura progressista, admirada e respeitada por todos. Nós participamos deste Governo, respeitamos ações importantíssimas deste Governo e por isso mesmo temos a tranquilidade, ou mesmo a autoridade, de solicitar ao Governador uma atitude diferente no que diz respeito ao caso dessa ADIN contra o piso nacional do magistério.

Vejam o que ficaria para o Paraná fazer. Já que o piso é respeitado no Paraná, o Governo do Estado teria até 2010 para resolver o problema do tempo de dedicação fora da sala de aula. Hoje, para os professores paranaenses, é 20% da carga horária que eles têm para preparo de aulas e auxílio aos alunos fora de aula. Então, teríamos apenas 13% a mais em dois anos. O Governo poderia dar um acréscimo, digamos, de 6,5% da carga horária para a preparação de aulas no ano que vem e em 2010 mais 6,5%. Tenho certeza que a APP e os órgãos representativos dos

professores e funcionários têm toda a disposição para discutir com o Governo uma forma de adequar no tempo a validade do piso na sua integralidade - não só o piso que já existe, mas também o Plano de Carreira com base no piso e a carga horária necessária para os professores.

Por isso, para concluir, queremos fazer um apelo ao Governo do Estado. Vamos continuar lutando, conversando com a Secretária e como nosso Governador para que o Governo do Paraná retire - se houve a assinatura - dessa ADIN, que é simbolicamente uma coisa muito negativa para o Paraná e para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Fábio Camargo.

Deputado Fábio Camargo (PTB)

O SR. FÁBIO CAMARGO (PTB)

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, demais Deputados que compõem a Mesa, Dr. Batista, Deputado Kielse, Sras. e Srs. Deputados.

Subo nesta tribuna para, mais uma vez, repercutir matéria do jornal Gazeta do Povo. Deputado Kielse, há uma semana eu trouxe uma preocupação nesta tribuna: como estão sendo tratados os grampos no nosso estado. E pior, Deputado Kielse, os grampos legais, mas imorais, que, de acordo com reportagem de hoje do jornal Gazeta do Povo, também ilegais. A partir do momento em que um Magistrado autoriza um Delegado a grampear quem quer que seja pelo Brasil,

é sinal que ele está abusando do seu poder.

Deputado Péricles, V. Exa. que já foi gravado, V. Exa. que já sentiu o quanto é ruim as pessoas invadirem a privacidade, V. Exa. vai concordar comigo que precisamos fazer algo. Semana passada a repercussão da matéria da Gazeta do Povo me fez subir a essa tribuna e solicitar uma CEI a este Parlamento.

Eu sei, Deputado Belinati, que V. Exa. está com a cabeça muito ocupada, está com os ânimos à flor da pele, e não é para menos, V. Exa. que teve a sua vitória nas urnas, está sendo hoje contestado de forma absurda. Mas quero dizer que com a sua garra e a sua luz não só vamos estar na sua posse, como também tenho convicção que V. Exa. vai nos ajudar neste Parlamento a fazermos justiça.

Quero dizer, Deputada Beti Pavin, que já estive visitando o Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Paraná, demonstrando ao Judiciário o respeito que o Legislativo tem por esse Poder tão importante, e solicitei ao Presidente da Associação dos Magistrados, Desembargador Kfoury, que a própria Associação possa indicar um Magistrado para participar do estudo da nossa CEI. Por que isso? Porque não se trata do Legislativo investigando o Judiciário, de forma alguma, se trata do Legislativo, junto com o Judiciário, investigando abusos de um Magistrado, muito provavelmente. Porque o que a

Gazeta do Povo retrata a nós, Deputado Duílio Genari, é algo impressionante. Imagine só V. Exa. um Juiz autorizar um Delegado a grampear quem quer que seja.

Quero tentar explicar um pouco melhor essa matéria: um Juiz da Central de Inquérito autorizou um Delegado, através de ofício, que ele tivesse a senha para poder grampear quem quer que fosse. Ocorre que normalmente o Ministério Público se pronuncia antes desse fato. E o Ministério Público, Deputado Rossoni, se manifestou contrário a tal autorização, mas mesmo assim, sabe-se lá porquê, esse Magistrado autorizou um Delegado a ter acesso a qualquer ligação de quem quer que seja.

Quero aproveitar a oportunidade que estamos recebendo o Deputado Ricardo Barros, para demonstrar, Deputado, que a CPI dos Grampos Nacional vai, muito provavelmente, ter que interferir no estado do Paraná, porque a partir do momento, Deputado Ricardo Barros, que um Magistrado do Paraná autoriza um Delegado a gravar quem quer que seja no Brasil, segundo matéria publicada hoje no jornal Gazeta do Povo, é porque estamos realmente à frente de um desmando. E cabe a nós, como fiscalizadores da sociedade paranaense e brasileira, defender o direito do cidadão.

Quero lembrar que um erro de um Juiz não pode avançar sobre uma garantia fundamental do cidadão, que é a inviolabilidade. O Juiz que errou cometeu um crime previsto no artigo 10, que constitui crime realizar interceptação de comunicação telefônica sem objetivos não autorizados em lei. Isso é um desvio de finalidade. Está clara a situação.

Sr. Presidente, quero lembrar que uma Desembargadora já reformou esse posicionamento desse Juiz, portanto a CEI nesta Casa é fundamental para que possamos estudar e para que possamos estudar e para que possamos trazer à realidade, sem deixar que um Magistrado acabe tendo a oportunidade de gravar quem quer que seja.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDT, PMDB, Bloco PPS/PMN.

(Declinam)

Bloco PTB/PR, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas para justificar a ausência do nosso Líder Deputado Waldyr Pugliesi, que está no velório do empresário e de toda a família de Arapongas que faleceram naquele acidente aéreo no dia de ontem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente justificado.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Fábio Camargo fez um pronunciamento que me chamou a atenção. Deputado Fábio, quem é a Desembargadora que deu a liminar?

O Sr. Fábio Camargo (PTB)

Na realidade foi o Juiz da Central de Inquérito, segundo matéria publicada na Gazeta do Povo de hoje, Dr. Pedro Kora, que deu tal autorização para que qualquer pessoa no Brasil seja gravada.

“A Desembargadora Liliam Romero reconheceu que a divulgação das senhas para autoridades policiais pode ser de extrema valia, porém entende que homens podem usar isso com círculo de relação qualquer, inclusive de interesse pessoal. Ela entende que a autorização não poderia ter acontecido da forma como foi feita”.

Só para esclarecer, você não pode autorizar uma gravação sem haver indícios de criminalidade. E a forma como esse Juiz autorizou este Delegado, é como se desse um cheque em branco para ele. Não podemos admitir que ele grave V. Exa., sua esposa, seus filhos ou quem quer que seja.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

De vez em quando damos um cheque em branco ao Governador. Todos nós.

Aconteceu, no último final de semana, um fato que chama a atenção.

Deputado Artagão, gostaria de pedir a V. Exa. que a Comissão de Fiscalização desta Casa investigasse um fato que aconteceu em Ponta Grossa. Um cartório, o 2º Registro de Imóveis, em que o titular foi ao cartório, lacrou e automaticamente despejou a oficial substituta que estava no comando, foi lá, passou um cadeado no cartório e disse: “Quem manda aqui sou eu!” Isso no sábado. Hoje, o cidadão que atende pelo nome de Álvaro Quadros Neto, que tem muitas ramificações por aí, ramificações perigosíssimas com outros Poderes, esteve em, Ponta Grossa, tomou o cartório e está, neste momento, lá dentro. Algo estranho que não entendemos, Deputado Rossoni, V. Exa. tem cobrado o Poder Judiciário também.

Esse cidadão, Álvaro Quadros Neto, é designado para o cartório do Pinheirinho, um tabelionato distrital aqui de Curitiba. Recentemente, esteve também colocado no 12º Tabelionato de Curitiba. Não se sabe como ele consegue ser um supercartorário. Ele está em Ponta Grossa, está em Curitiba. É um supercartorário. Ele é maior que o super-homem. Ele está em três, quatro cartó-

rios ao mesmo tempo. Agora, ele reassumiu o cartório de Ponta Grossa. Ele que já fez uma opção lá em Ponta Grossa. Ele que fez uma opção lá em Ponta Grossa para o 3º Registro de Imóveis também.

Então, queria chamar a atenção do nosso Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Artagão de Mattos Leão, gostaria que V. Exa. pudesse, nos próximos dias, marcar uma reunião da Comissão para investigarmos esse caso. Alguma coisa tem a ver com esse cartório lá em Ponta Grossa.

Uma oficial substituta, que está há 32 anos nesse cartório, foi despejada do cartório no dia de hoje, em situação estranha. Quem paga o aluguel, quem recebe, tem muita coisa estranha nesse caso. Então, queria pedir ao Deputado Artagão, Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, que ele marque uma reunião para que essa Comissão possa investigar esse caso. Esse é um caso terrível, pois esse cidadão chamado Álvaro Quadros Neto, que tem perigosas ligações com alguns Poderes, está em três, quatro cartórios ao mesmo tempo. É um cidadão que tem três ou quatro nomeações, é um supercartorário. É de se estranhar o que está acontecendo, Deputado Batista. Seria a mesma coisa que nós aqui sermos, Deputados, Prefeito, Vereador e também Juiz, quatro em um. É o que é esse cidadão e que tem alguns apadrinhados que ainda lhe dão proteção por aí. Esse cidadão anda fazendo coisas estranhas. É o cidadão que paga festas no Paraguai, também, para muita gente grande. Então, quero chamar a atenção desta Casa.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Ouçõ com bastante atenção suas colocações, que tratam diretamente de um registro de imóveis da nossa cidade de Ponta Grossa, de acordo com o senhor coloca, dentro das informações que tem. Cabe à Assembléia Legislativa fiscalizar, mas, ao mesmo tempo, cabe a nós nos informarmos junto ao Tribunal de Justiça, ao Presidente do Tribunal, ao Corregedor do Tribunal de Justiça, que trata com essa área dos cartórios no estado do Paraná, para que possamos trazer à luz do dia a realidade daquilo que acontece.

É grave a situação, mas temos que saber exatamente aquilo que está acontecendo, porque pela informação que soube pelos meios de comunicação, a Diretora do Fórum de Ponta Grossa autorizou tudo aquilo que ali foi feito. Então, teve uma decisão de uma Juíza e, naturalmente, ela exerce o cargo de Diretora do Fórum da nossa cidade de Ponta Grossa, da nossa comarca. Cabe a nós nos informarmos com profundidade para que possamos discutir. E quando falar não cometer injustiça nem com um lado e nem com outro.

É isso. Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vou solicitar no dia de hoje um requerimento ao Tribunal de Justiça e gostaria que V. Exa. assinasse para que

tirássemos as dúvidas: quantos cartórios tem esse Álvaro Quadro Neto? Em quantos cartórios ele está designado e de que forma está designado? Ele tem a opção para o 3º Registro em Ponta Grossa? Vamos pedir informações de tudo o que aconteceu, vamos seguir a sua idéia, vamos fazer um requerimento e pedir o que houve em Ponta Grossa em relação a esse 2º Cartório que está gerando uma grande polêmica na cidade, por a Dra. Marli Pilates ser uma pessoa muito conhecida, muito rígida, uma mulher muito correta, e alguma coisa tem por trás disso.

Então, vou fazer um requerimento para ser aprovado ainda nesta Sessão para que o Tribunal de Justiça possa nos informar e para que possamos saber como é que um cidadão desses é designado em três, quatro cartórios ao mesmo tempo, ele é um supercartorário, de manhã, à tarde, e à noite atende em cada lugar. Como é que pode isso? Estou curioso para saber como que o cara é um supercartorário. O Paraná precisa investigar isso, como também o FUNREJUS. Sr. Presidente, precisamos fazer uma prestação de contas do FUNREJUS, precisamos também buscar informações do FUNREJUS. Acho que o Paraná precisa saber disso também.

Então, gostaria de agradecer e dizer que eu estranho o que aconteceu em Ponta Grossa no final de semana: uma cartorária, uma mulher direita, séria, correta, uma oficial substituta de 32 anos é retirada do cartório na marra. Tem que ter alguma coisa por trás disso. E o que me assusta é que quem é nomeado, o comandante, é um supercartorário, o Sr. Álvaro Quadros Neto. Dizem que a figura aí tem muitas histórias nos Poderes do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PSB/PRB/PV; Democratas; PP; PSDB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Todas declinam)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, esta Presidência deseja agradecer e cumprimentar a Comissão de Deputados que foi a Cascavel e Foz do Iguaçu, liderados pela Comissão de Constituição e Justiça, para duas Audiências Públicas do maior interesse público e da maior relevância e com um resultado muito positivo. Quero aqui cumprimentar os 20 Deputados que lá estavam presentes, e quero agradecer, de uma maneira especial, ao Deputado Edgar Bueno, ao Deputado Reni Pereira, ao Deputado Chico Noroeste e ao Deputado Dobrandino da Silva, que através das associações comerciais das suas cidades, nos receberam de maneira acolhedora, de maneira fidalga com que a Assembléia foi tratada nesse episódio. Acho que estão de parabéns não só a Comissão de Constituição e Justiça, mas todos aqueles Deputados que procuram inteirar-se do tema, muito mais ouvir do que falar, para que possamos, claro que ainda este ano, votar essa importante matéria. Mas, é importantíssimo ressaltar a participação da Assembléia e o acolhimento

que teve nessas duas cidades por parte da sociedade civil organizada. Faço esse registro e agradeço a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, os funcionários da Casa, permitiram e propiciaram que esse evento fosse realmente coberto de êxito.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 930/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a adequação nominal dos valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, a partir de 01/10/08. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Ofício nº 931/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata de alteração do artigo 155, da Lei Estadual nº 14277/03 de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, comunicando que esteve ausente das Sessões Plenárias dos dias 20 a 31/10/08, devido a compromissos particulares. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, comunicando sua ausência da Sessão Plenária do dia 03/11/08, para tratar de assuntos particulares. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Certidão subscrita pela Chefe do Cartório da 144ª Zona Eleitoral, informando que o Sr. Alisson Anthony Wandscheer, compareceu perante aquele Juízo de Direito, em 03/11/08, às 13h30, a fim de prestar declarações como testemunha nos autos de investigação judicial c/c Representação Eleitoral nº 675/08. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Indicação nº 307/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Jundiá do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 308/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de

Moreira Sales. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 309/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Rancho Alegre. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 310/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Salto do Itararé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 311/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de São Tomé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 312/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Terra Boa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 313/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Tuneiras do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 314/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Indaíópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 315/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Doutor Camargo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 316/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 317/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Araruna. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 318/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares para o município de Andará. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3017, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a ausência da Deputada Cida Borghetti, em Plenário, nos dias 03 e 04/11/08, em razão de estar participando da 1ª Reunião da Secretaria de Mulheres da Gestão 2008/2009 - UNALE (União Nacional dos Legislativos Estaduais) em Brasília. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Antes de passarmos à pauta, esta Presidência anuncia a pedido do Deputado Luiz Fernandes Litro, os universitários representantes das universidades de Dois Vizinhos, Joeli e Mickel, que hoje nos visitam. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 043/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Projetos Anexos nºs 042 e 330/08, que dispõem sobre a gratuidade para obtenção da segunda via de documentos na forma que menciona. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 043/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado a redação do *caput* do artigo 1º da Lei nº 13455, de 11/01/02, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Toda pessoa cujos documentos tenham sido roubados ou furtados, fica isenta do pagamento de taxa para a confecção da segunda via de todos os documentos expedidos por órgãos do estado do Paraná.”

Art. 2º Ficam suprimidos os parágrafos 1º e 2º do artigo 1º, da Lei nº 13455, de 11/01/02, incluído o parágrafo único, no referido artigo, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. A falsa comunicação de furto ou roubo de documento, para fins de obtenção indevida do benefício previsto na presente lei, importará em comunicação do fato ao Ministério Público para fins de instauração do devido processo criminal.”

Art. 3º Fica revogado o inciso I do artigo 2º da Lei nº 13455, de 11/01/02.

Art. 4º O inciso III do artigo 2º da Lei nº 13455, de 11/01/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - a requisição da segunda via do documento no prazo de 90 (noventa) dias contados do registro do roubo ou do furto.”

Sala das Comissões, em 03/11/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 491/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que obriga os fornecedores de serviços no âmbito do estado do Paraná a disponibilizarem nas faturas seus endereços completos e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077 de 09/07/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratarem responsável técnico em meio ambiente. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CICT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Sub-Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de nº 01, ao Substitutivo Geral da CCJ, nos seguintes termos:

SUB-EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO SUBSTITUTIVO-GERAL DA CCJ AO
PROJETO DE LEI Nº 508/07

Art. 1º Ficam obrigadas as empresas potencialmente poluidoras a contratarem pelo menos um responsável técnico ambiental na forma da presente lei.

Art. 2º O responsável técnico ambiental poderá ser:

- I) Técnico em meio ambiente;
- II) Tecnólogo com formação em gestão ambiental;
- III) Biólogo;
- IV) Engenheiro Ambiental
- V) Engenheiro Químico;
- VI) Químico.

§ 1º Os responsáveis técnicos descritos nos incisos do presente artigo deverão estar com sua inscrição no órgão de classe competente em dia, gozando de todos os direitos e prerrogativas de suas profissões.

§ 2º Os profissionais que não possuam órgão de classe deverão comprovar sua qualificação por meio de diploma expedido por instituição regular de ensino, autorizada e reconhecida pelo Ministério de Educação (MEC), ou nos casos de ensino médio e pós-médio por diploma expedido por instituição autorizada e reconhecida pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED)

§ 3º As empresas potencialmente poluidoras poderão contratar diretamente o profissional descrito neste artigo, ou poderão contratar pessoa jurídica legalmente constituída com previsão em contrato social para a prestação de serviços técnicos ou de gestão, consultoria ou auditoria ambiental, bem como deverá ter em seus quadros como responsável técnico algum profissional dentre os incisos deste artigo.

§ 4º As empresas deverão, quando necessário, contratar serviços de outros profissionais para o pleno cumprimento da presente lei devido ao conhecimento técnico-científico e específico de cada situação.

Art. 3º Para os fins previstos nessa lei consideram-se potencialmente poluidoras as empresas, cujas atividades desenvolvidas estejam previstas na Tabela de Atividades Potencialmente Poluidoras do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, constante do Cadastro de Atividade Potencialmente Poluidora.

Parágrafo Único. Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

I) poluição, a degradação ambiental resultante de atividades humanas que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

II) poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de poluição;

III) degradação ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente.

Art. 4º A responsabilidade técnica do estabelecimento será comprovada por declaração de firma individual, contrato social ou estatuto da pessoa jurídica ou pelo contrato de trabalho do profissional responsável.

§ 1º cessada a assistência técnica pelo término do contrato, rescisão do contrato de trabalho ou pela vontade das partes, o responsável técnico ambiental responderá por suas recomendações técnicas durante o período em que estava vigente a relação contratual.

§ 2º A responsabilidade por todo e qualquer dano ambiental será da empresa poluidora.

Art. 5º A empresa, assistida por seu responsável técnico descrito no artigo 1º desta lei, deverá produzir programas que garantam, tanto quanto possível, as condições de segurança ambiental, trabalhando na prevenção da degradação ambiental, prevenção de acidentes e nas medidas emergenciais para minimizar e conter a degradação decorrentes dos acidentes, implementando, assim um Sistema de Gerenciamento de Riscos.

Parágrafo Único. Os programas de que trata o caput desse artigo deverão estar à disposição na sede das empresas, nos edifícios, nas plantas industriais e nos casos de transporte deverão estar em posse do motorista, para as autoridades públicas consultarem a qualquer momento.

Art. 6º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP exigirá o cumprimento integral da presente lei quando da emissão do licenciamento de operação das empresas enquadradas no artigo 3º deste dispositivo legal.

Art. 7º O não cumprimento da presente lei implicará:

I - advertência por escrito, em forma de um termo de ajustamento de conduta, prevendo-se entre outros, o prazo máximo para a devida regularização;

II - não cumprido o termo de conduta previsto no inciso anterior, multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por mês, até a regularização.

§ 1º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP quantificará a multa prevista no inciso II do presente artigo conforme critérios objetivos, previstos na regulamentação da presente lei, que deverão constar entre outros:

a) o potencial poluidor da empresa;

b) sua capacidade financeira; e

c) a localização territorial, se perto de mananciais ou áreas de preservação permanentes.

§ 2º As multas recolhidas comporão o Fundo Estadual de Meio Ambiente;

§ 3º O prazo para recurso será de trinta (30) dias a contar da data da ciência do auto de infração.

Art. 8º As empresas potencialmente poluidoras terão um prazo de 120 (cento e vinte) dias para adequarem-se a presente lei.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/11/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoiamento:

Carlos Simões, Jonas Guimarães, Cleiton Kielse e Dr. Batista.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 649/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CDDMCA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Discussão Única (Proposições)

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 086/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 346/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste para funcionamento de organizações da agricultura familiar, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 246/07

Curitiba, em 06/08/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 159/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 346/07, tendo em vista parecer da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência de que a medida é contrária ao interesse público porque o referenciado imóvel poderá servir a órgãos estaduais e, também, inconstitucional em razão do fato de que a utilização que seria dado ao imóvel, caso fosse doado, não atenderia o disposto no artigo 10, da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 346/07, encontra-se publicado no DA nº 073/07, de 28/06/07, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 086/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 346/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, onde deverão funcionar organizações da Agricultura Familiar.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 28/08/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em discussão. Em votação.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Gostaria de pedir o voto favorável ao nosso projeto. De maneira que pedimos o voto contrário ao veto, tendo em vista que esse imóvel que estava praticamente abandonado, no município de Itapejara, inclusive hoje as entidades já estão ocupando esse imóvel. Gostaríamos que pudéssemos passar isso legalmente, para que as entidades possam continuar usufruindo desse imóvel e que isso possa ser feito de uma forma bem legal. Por isso estamos pedindo para que votem contrário ao veto do Governo.

Sei que o Líder vai encaminhar pela manutenção, mas entendo que neste momento esse imóvel está ser-

vindo, e muito bem, às entidades da agricultura familiar. Por isso, gostaria que pudesse ser levado em consideração e que possamos, de uma forma correta, passar esse imóvel para as entidades da agricultura familiar. Como é a questão Cresol, que já vem utilizando desse espaço e com certeza, o que prevê o projeto, a partir do momento em que as entidades não estejam mais cumprindo com essa função, o imóvel volte então para o estado, para o Governo do Paraná.

Gostaríamos de pedir voto favorável ao projeto, ou seja, contrário ao veto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, a nobre Deputada Luciana Rafagnin, ao poder de fato encaminhar pela derrubada do veto, ela já anunciou que eu teria que encaminhar. E vou encaminhar porque não posso ser incoerente em relação àquilo que temos feito nesta Casa. Como V. Exas. sabem, é inconstitucional o projeto autorizatório que visa doar um próprio público, no caso do estado do Paraná, neste caso, para um município.

O que acontece na prática? Temos que reconhecer que o pleito da Deputada Luciana Rafagnin para poder fortalecer o funcionamento das organizações da agricultura familiar, tem sido na verdade um esforço do Governo Requião de promover justamente o apoio à agricultura familiar neste estado. Nenhum Governo na história investiu tanto para poder auxiliar justamente, não apenas os agricultores e agricultoras, como também as entidades que fazem esse trabalho extraordinário. Agora, o tema em tela é da inconstitucionalidade. E também do parecer que foi dado pela Secretaria da Administração e Previdência, que a medida é contrária ao interesse público.

Solicito que a Deputada Rafagnin possa encaminhar esse pleito para que possamos conversar primeiro com a Secretaria de Administração, em relação à questão da destinação do uso desse imóvel, e depois de superada a questão que envolve a destinação do imóvel, levar a proposta para que o Governador Requião possa enviar a esta Casa uma mensagem dando destinos diversos, vinculando, naturalmente, que esse imóvel deverá ser destinado ao uso pretendido. Porque sabemos, o veto está apostado na forma constitucional, há uma ilegalidade do ponto de vista da constitucionalidade, da Casa ter aprovado um projeto autorizatório da doação de um próprio público. E sabemos que o estado do Paraná não pode sair dispondo do seu patrimônio, até para pensar na segurança jurídica que deve ter do ponto de vista da gestão do patrimônio público do estado do Paraná. Claro, porque se aprovássemos todas as pretensões não restaria, dentro de muito pouco tempo, nenhum patrimônio público ao estado do Paraná.

Por isso que solicitamos aos Deputados que votem SIM para manter o veto apostado pelo Governador

Requião, e solicito à Deputada Luciana Rafagnin para que possamos, via Liderança do Governo, conversar com a Secretaria da Administração e depois com o Governador Requião, para se for esse o entendimento, resolver o tema. Desta forma que proponho e peço o voto SIM pela manutenção do veto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falei agora, rapidamente, com a autora do projeto, Deputada Luciana, e ela me disse que essa é uma área que pertencia ao antigo BANESTADO e está totalmente abandonada.

Deputado Romanelli, veja uma coisa, o artigo 1º da lei que a Deputada Luciana Rafagnin propõe, ela não determina, ela autoriza, na verdade. Diz: "Fica o Poder Executivo autorizado a doar o imóvel de sua propriedade à Prefeitura do município de Itapejara do Oeste, para funcionamento de organizações populares e de assistência social, sem fins lucrativos, com o objetivo de gerar emprego, renda, qualidade de vida, desenvolvimento urbano, social, de forma sustentável, com as seguintes especificações."

Eu vejo que o objetivo da Deputada Luciana, através desse projeto, é de grande alcance social, uma vez que ela visa com esse projeto que esse imóvel seja doado ao município de Itapejara do Oeste, para atender o pequeno agricultor, o pequeno e o mini agricultor.

Então, não vejo motivo nenhum, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o porquê de o Governador vetar esse projeto, Deputada Luciana. Veja a senhora que é do bloco de apoio ao Governo do Estado, a senhora que dá sustentação política ao Governo aqui na Assembléia, e o Governo veta um projeto seu que autoriza o Governo do Estado a doar, autoriza.

Ora, o Governo poderia sancionar muito bem esse projeto. Se ele quisesse doar, ele doaria. Se não quisesse doar, não ira doar. Mas é este Governo que infelizmente nós temos aqui no Paraná, que diz na prática uma coisa e na verdade age de outra forma. Quando ele envia mensagem para a Assembléia dizendo para beneficiar as classes C, D, E, através de ICMS, que na verdade não é bem isso, agora quando a Deputada Luciana apresenta um projeto de lei para atender o pequeno e o mini agricultor da sua região sudoeste, o Governador do Estado do Paraná veta o seu projeto.

Acho que a senhora tem que rever a sua posição aqui na Assembléia, Deputada.

Conte conosco!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de colocar em votação, independente do resultado, gostaria de sugerir ao Líder do Governo e ao Líder da Oposição, que pudessem, numa reunião informal, reunir todos os vetos, porque temos um número expressivo de vetos autorizatórios como este, na mesma situação, que pudessem, ao invés de trazermos a Plenário

e passarmos pelo constrangimento de votarmos ou não, independente da constitucionalidade, porque o mérito nós todos sabemos que é perfeitamente meritório qualquer tipo desse projeto, mas que pudessem os dois Líderes sentar, separar esses projetos que foram vetados e encaminhá-los todos de uma outra maneira para que pudesse ser resolvido, como aliás tem acontecido - alguns Deputados tem pegado o seu veto, colocam debaixo do braço e vão mostrar: "Olha, foi vetado pela sua inconstitucionalidade, por ser autorizatório," mas o Governo pode resolver uma situação, pode sanar uma situação como é o caso em questão que é perfeitamente viável e plausível, e meritório o projeto da Deputada Luciana Rafagnin.

Faço esta sugestão porque temos passado aqui por este desconforto de votar, às vezes até em bloco, derrubar ou manter vetos que poderiam ser resolvidos de uma maneira mais prática.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, entendo até que V. Exa. tem razão, mas veja bem uma coisa, nós, no período imediatamente anterior, deixamos de realizar seis Sessões, seis Sessões de deliberação.

Entendo que o volume que temos é muito grande mesmo. Ao mesmo tempo reconheço que cada um dos Parlamentares tem o direito, eu reconheço, de encaminhar, como fez a Deputada Luciana Rafagnin, o seu veto.

Defendo mais. Eu não vou mais apresentar aqui nenhuma circunstância para derrubar vetos em bloco. Pode outro Parlamentar apresentar, mas eu não. Entendo que o Parlamentar tem o direito de encaminhar.

Então, entendo que V. Exa. poderia marcar algumas Sessões Extraordinárias, claro, com grande volume de vetos na pauta, mas limparmos de fato essa agenda nossa, essa pauta de vetos, votando e repondo, inclusive, essas Sessões, essas seis Sessões, que deixamos de realizar.

Entendo que com isso certamente estaríamos cumprindo aquilo que foi um compromisso nosso de realizarmos as Sessões e daríamos o direito de cada Parlamentar defender o seu projeto e ao mesmo tempo deliberaríamos e resolveríamos o caso desses vetos a projetos autorizatórios que foram aqui inconstitucionalmente aprovados, foram vetados e os vetos têm que ser mantidos ou derrubados. Entendo pela manutenção dos vetos, mas enfim é um debate que esta Casa tem que promover.

Queria contribuir com a sua fala apresentando essa sugestão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, sobre esse tema dos vetos sobre esses imóveis. Temos percebido aqui na Casa que são propostas, são feitas muitas propostas através de projeto de autorização e que todos eles esbarram na constitucionalidade. Então, há um erro do Parlamento em fazer esse tipo de coisa que não pode fazer. E há um erro da CCI, que autoriza, passa isso e vem para o Plenário e cria esse

constrangimento. Mas, não há dúvida também que existe uma má vontade do Governo, uma falta de articulação do Governo, porque quando o Governo quer ele faz. Quando o Governo precisa do voto, ele vem aqui, ficam 10 Secretários aqui na porta "enchendo o saco", pedindo para votar, pedindo isso, pedindo aquilo, fazendo pressão, fazendo um monte de coisas quando o Governo quer. Agora, infelizmente, quando um Deputado, como a Deputada Luciana, coloca um projeto importante, o Governo deveria mandar isso para cá na forma de lei. Afinal, ela vota com o Governo, ajuda o Governo. O projeto dela é um projeto que merece ser aprovado.

Agora, o Governo tem que parar de brincar com os Deputados e ficar colocando mico na mão dos Deputados. Libera o projeto que vem através do Governo, porque quando o Governo quer fazer um projeto ele manda no mesmo dia e a Casa recebe e vota no mesmo dia. Agora, quando o Governo quer, faz de conta, de gato e rato, vai e volta. E o projeto fica daquele jeito.

Pediria aos membros do Governo, esse é um Governo que tem bastante Secretários, Secretário especial para isso, para aquilo, que esses Secretários cuidassem um pouco dessa questão e quando tivesse que mandar um projeto, falasse com a base, conversasse com os Deputados da base para evitar esse mico e esse constrangimento que os Deputados da base estão passando.

Era isso, Sr. Presidente, o senhor tem toda razão neste caso.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Na verdade, sabemos que existe a parte legal, a parte constitucional. Mas a partir do momento que formos aqui na Assembléia impedir que o Deputado apresente um projeto autorizatório, o que vamos fazer na Casa? Apenas dar título de Cidadão Honorário, denominar ruas, dar nome a rodovia, nome de escola. Não podemos fazer nada!

Lembro, Deputado Nelson Justus, não sei se era V. Exa. o Presidente ou era o Hermas, quando a Bancada do PMDB entrou com um projeto de lei em relação às dívidas do BANESTADO. Esse sim, totalmente inconstitucional. Esse sim não caberia, de forma alguma, a iniciativa do Legislativo. Pois bem, a Bancada do PMDB apresentou o projeto, o Plenário aprovou. O que o Governador fez? Sancionou.

Quer dizer, mesmo o projeto agora da Luciana, se ela autoriza o Governo do Estado, cabe ao Governador sancionar ou vetar o projeto. Não existe essa. Na verdade algumas prerrogativas, alguns meios... Parlamentares devem apresentar o projeto, porque senão vamos fazer o quê aqui? Não podemos entrar com projeto que aumenta a despesa do estado, não podemos entrar com projeto que diminua a receita do estado, não podemos entrar com projetos que um imóvel retorne para o município, porque é inconstitucional. Não podemos entrar com projeto autorizatório. Vamos fazer o quê? Então só vamos pedir título de Cidadão Honorário.

Na verdade, temos que tomar algum cuidado. O Governo do Estado poderia ser mais sensível com os projetos autorizatórios. Esse projeto não obriga, mas ao menos autoriza o Governo a fazer isso. Esse é o nosso entender. Lamento profundamente esse veto do Governador do Estado em relação a esse projeto.

Assumo o compromisso com V. Exa. em relação ao apelo que o senhor fez, pois podemos sentar em uma hora dessas, junto com o Líder do Governo e com V. Exa., para que possamos debater todos os vetos que estejam aqui na Casa, e o que nós pudermos agrupar, agrupamos, e o que não der para agruparmos, não agrupamos, porque a votação também é bem rápida, pois temos o painel, não é feita chamada nominal, vota-se pelo painel e rapidamente votamos todos os vetos.

Seria isso e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu que agradeço a compreensão.

Então, está em votação o veto. Os Deputados que forem favoráveis ao veto votam com a expressão SIM e os Deputados que forem contrários ao veto votam com a expressão NÃO.

Peço que todos votem.

Será procedida a apuração dos votos.

Quinze Deputados votaram com a expressão NÃO, tivemos uma abstenção e 12 votos SIM. Está mantido o veto.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, eu votei e não apareceu lá. O meu voto é NÃO e eu gostaria que V. Exa. considerasse.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Então, são 16 votos NÃO.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Sr. Presidente, também tentei votar e não consegui registrar. Votei SIM.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

SIM também é o meu voto, que não apareceu.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os votos dos Deputados Francisco Bühler e Luiz Nishimori não apareceram, porque os senhores não registraram a presença.

Está mantido o veto.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2984 a 2990, 2992 a 3001, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3018, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3021, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de frisar que fui o primeiro a estar aqui hoje e registrei a minha presença. Só queria falar que fui o primeiro a chegar e registrei a minha presença.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu também cheguei e registrei a minha presença logo que cheguei. Então, tem alguma coisa errada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está explicado pela assistência do painel. Como V. Exas. não votaram, o painel deixou de registrar a presença de V. Exas.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 649/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 029/08 e 097/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1337/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8420, datado de 23/09/08, deste Poder.

R E S O L V E :

conceder a MARIA VERACI SKOLIMOSKI, matrícula nº 40238, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Telefonista, nível NBA-02, lotada no Setor de

Telefonia, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 041, de 31/12/03, a partir da data de sua opção.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/10/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 265/08 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15750 de 27/12/07.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15750 de 29/12/07 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 0900	2000	100	20.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 9600	2000	100	20.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 27/10/08.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto: Alexandre Curi

1º Secretário

Atas de Comissão

Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três de novembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Mensagem nº 022, Projeto de Lei nº 348/08, de autoria do Poder Executivo, Relator Deputado Teruo Kato PARECER FAVORÁVEL - APROVADO; Projeto de Lei nº 231/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, Relator Deputado Pastor Edson Praczyk PARECER FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

Publicações Administrativas:

Comissão de Licitação

Tomada de Preços

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 001/08

Protocolo: 12.860/07

Objeto: Aquisição de um sistema para gestão automatizada/Painel Eletrônico.

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Vencedora: Visual Sistemas Eletrônicos Ltda.

Valor: R\$ 231.300,00

Dotação: 4490.52.00

(a) COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO